2177-2371

Hermenêutica Ricoeuriana: Narratividade e a organização como comunic(ação)

Autoria

Jéssica Cristina Ceni - jeh_jcc@hotmail.com
Escola de Negócios - EAD / PUCPR - Pontifícia Universidade Católica do Paraná
DEADM / UNICENTRO - Universidade Estadual do Centro-Oeste

Natália Rese - resenati@gmail.com
Prog. de Pós-Graduação em Administração/PPGADM / UFPR - Universidade Federal do Paraná

Resumo

A partir da compreensão da organização enquanto comunic(ação), é discutido neste ensaio que as organizações são estabelecidas num processo recursivo de produção e negociação de significados, os quais, por sua vez apresentarão consequências reais e que permearão as práticas e as ações organizacionais. Por isso, as organizações são resultado das produções e negociações de significado, e em outras palavras, talked into being. Defendemos que as narrativas têm lugar privilegiado no fazer organizacional e que nesse contexto, há uma prática organizativa que precisa ser discutida, a qual denominaremos de narratividade, a qual surge dos conceitos de narrativas-estórias e performatividade. Propomos essa discussão a partir do trabalho de Paul Ricoeur que figura como caminho fértil para essa discussão. Ao lançar essa ideia de forma ensaística, compartilhamos reflexões e questões de forma a buscar abrir um caminho compreensivo que possa inspirar nossas pesquisas.

Hermenêutica Ricoeuriana: *Narratividade* e a organização como comunic(ação)

RESUMO: A partir da compreensão da organização enquanto comunic(ação), é discutido neste ensaio que as organizações são estabelecidas num processo recursivo de produção e negociação de significados, os quais, por sua vez apresentarão consequências reais e que permearão as práticas e as ações organizacionais. Por isso, as organizações são resultado das produções e negociações de significado, e em outras palavras, *talked into being.* Defendemos que as narrativas têm lugar privilegiado no fazer organizacional e que nesse contexto, há uma prática organizativa que precisa ser discutida, a qual denominaremos de *narratividade, a qual* surge dos conceitos de narrativas-estórias e performatividade. Propomos essa discussão a partir do trabalho de Paul Ricoeur que figura como caminho fértil para essa discussão. Ao lançar essa ideia de forma ensaística, compartilhamos reflexões e questões de forma a buscar abrir um caminho compreensivo que possa inspirar nossas pesquisas.

1. Contextualização

Esse ensaio, parte do entendimento de que a linguagem, ao ser posta em uso pelas interpretações e tipificações compartilhadas socialmente e historicamente, pode operar tanto construtiva quanto destrutivamente em relação a uma situação presente, e dessa maneira, há a concepção de que as narrativas são capazes de abrir mundos possíveis de ação presente e futura e apresentam o poder de contestar ou confirmar o que é o mundo "real" (RICOEUR, 1991). E isso é performativo, afinal, as narrativas - e seu sentido - direcionam ações e práticas concretas no que é construído ou destruído discursivamente enquanto realidade (GOND, CABANTOUS, HARDING, LEARMONTH, 2016).

Nesse contexto e a partir do entendimento da organização enquanto arena de interação comunicativa, em que é "a comunicação que cria, gera, sustenta e - constitui - o que consideramos ser a organização e as práticas organizacionais" (VÁSQUEZ; SCHOENEBORN, 2018; SCHOENEBORN; KUHN; KÄRREMAN, p. 476, 2019), o objetivo deste ensaio é compreender de que forma o trabalho de Paul Ricoeur apresenta um potencial compreensivo para o entendimento da organização como comunicação, e principalmente, no que tange o papel performativo das narrativas construídas e disseminadas nessa e por essa arena de interação comunicativa.

2. A Hermenêutica Ricoeuriana e a performatividade narrativa

De modo geral, conforme pontua Schmidt (2012), a hermenêutica significa interpretação e nesse sentido esta provavelmente faz parte das relações humanas desde que começamos a falar. Por muito tempo a hermenêutica ficou condicionada à função do compreender (interpretar) e exatamente por isso que a própria é situada como problema central de Ricoeur (1990), ou seja, o da extração e o da interpretação do sentido. Para ele, a hermenêutica enquanto uma teoria das operações da compreensão não deveria dissociar a relação entre o explicar e o compreender (interpretar). Por isso, na complementariedade entre essas duas atitudes figuraria, assim, a hermenêutica (Ricoeur, 1990).

Nesse contexto, a hermenêutica é discutida ela mesma como uma questão relacionada ao signo (linguagem) e à significação (sentido). À vista disso, observa-se que para Ricoeur (1990), ontologicamente, "é o símbolo que exprime nossa experiência fundamental e nossa situação do ser. [...] O ser se dá ao homem mediante as sequências simbólicas, de tal forma que toda visão do ser, toda existência como relação ao ser, já é uma hermenêutica".

A dimensão ontológica pauta-se, portanto, sobre a esfera da vida, na qual Ricoeur parte do pressuposto de que o homem é um "animal hermenêutico", isto é, se orienta no mundo por

meio da atividade fundamental da interpretação. (RICOEUR, 1978), e nesse sentido, recorre a uma estrutura simbólica, isto é, a linguagem, a qual por sua vez se situa como condição primordial para a experiência humana. Afinal,

> "o homem não cria o real. Ele o recebe como presença. Sua percepção se abre ao mundo, percepção finita. Toda visão é um ponto de vista. O mundo é o horizonte de todo o objetivo e só é percebido em parte. Há possibilidades infinitas de captá-lo. Muitos pontos de vistas nos escapam. No entanto, podemos dizê-los: pela linguagem. (JAPIASSU, 1990, p. 3).

Ricoeur (1990) argumenta que a linguagem não é um mundo próprio, nem sequer um mundo, todavia compreendendo que estamos no mundo, somos afetados por ele e nos orientamos nele, temos algo a dizer, temos experiências para trazer à linguagem e ao interpretarmos o mundo que nos cerca, consequentemente, incorporamos tipificações e interpretações nesse processo (GURWITSCH, 1962). As tipificações são as arenas de significado que constituem as normas, valores e conteúdos simbólicos do mundo, e as interpretações são decorrentes antes de qualquer coisa "da crença por parte dos membros da comunidade que compartilham suas concepções" (WAGNER, 1979, p. 18).

Dessa forma, o mundo da vida real (*lebenswelt*) é vivido pela experiência diária dotada de uma familiaridade particular relacionada ao entendimento de como o mundo é. Essa familiaridade é divergente de qualquer tipo de conhecimento científico. O mundo da vida real é um mundo *taken for granted* (GURWITSCH, 1962, WAGNER, 1979). Ele é construído por meio da conduta humana dotada de significado, ou seja, por meio das ações e interações humanas. Em outras palavras,

> a conduta humana só é considerada ação quando e *na medida em que a pessoa que age atribui a ação um significado* e lhe dá uma direção que, por sua vez, pode ser compreendida como significante. (WAGNER, 1979, pp. 9-10).

As ações, as condutas sociais significadas, constroem a realidade quando situadas na coletividade, na interação humana significada onde a linguagem adquire protagonismo. Além disso, a linguagem constitui não só uma atividade de representar e descrever o mundo, como compreende um processo de invenção, que segundo Rocha (2014, p. 624) é esta dimensão que torna a linguagem possível de intervir no mundo e, portanto, apresentar um **papel performativo**: "os enunciados só representam o mundo no sentido de produzirem uma certa versão desse mundo, ou seja, de intervirem nesse mundo."

O processo de invenção surge, conforme aponta Ricoeur (1990, 1991), por um trabalho de imaginação regido por regras, isto é, pelas expressões do imaginário social e seus referentes. O imaginário social é estabelecido pelas interpretações de realidade decorrentes do processo de interpretação e recriação da realidade pela linguagem (círculo mimético) pautado sobre as singularidades históricas, temporais e experiências individuais e coletivas, afinal, "todos nós percebemos o mundo e as coisas dele a partir de um ponto de vista e um momento particular" (GURWITSCH, 1962, p.53), e por isso, nossa experiência – e consequente interpretação da realidade - estabelece-se em mundo público, intersubjetivo e comum a todos nós (BERGER; LUCKMAN, 2003; GURWITSCH, 1962; WAGNER, 1979). É o imaginário social constitutivo da realidade social, pois, é por meio de suas expressões, interpretações e tipificações que o processo de recriação e interpretação do real pela linguagem é estabelecido (círculo mimético). As narrativas, por sua vez, performam, pois ao serem constituídas, disseminadas e compartilhadas podem operar para a manutenção ou destruição em relação a uma situação presente, direcionando cursos de ações e práticas concretas (RICOEUR, 1991).

Enfim, a performatividade narrativa, surge do entendimento de que o discurso parte da realidade para que de algum modo volte a ela, assim, Ricoeur (2018) pontua que a linguagem

não é sistema fechado sobre si próprio, e logo, todo discurso possui uma referência ou denotação: remetem para uma realidade extralinguística e podem ser inclusive a causa desta realidade.

3. Círculo Mimético: o caráter histórico, temporal e performativo da narrativa

Considerando que as narrativas compartilhadas estabelecem um sentindo sobre a realidade e ao vivido, é necessário compreendermos como estas são constituídas, isto é, como se dá o processo de recriação e interpretação do real pela linguagem. Ricoeur (1994) tensiona essa questão a partir do que ele chama de círculo mimético ou mimese narrativa e, portanto, é pelo círculo mimético que as pessoas constroem versões criativas da realidade e que podem redescrever o real e consequente impactar o mundo da vida, em outras palavras, "refazer" a prática ou ação humana (RICOEUR, 1979), no qual diversas ações e práticas são significadas pelo trabalho interno da própria linguagem.

Ricoeur (1994) estabelece que o círculo mimético, ou processo de mediação que configura a "recriação da realidade" pela constituição e construção narrativa, é estabelecido em três momentos não lineares e nem cíclicos. Mesmo que exista o estabelecimento da mimese em momentos I, II e III, esses momentos se estabelecem como uma espiral, sem fim, sendo, portanto, inter-relacionados, sem ordem específica, no qual seu estabelecimento pode ser simultâneo ou não.

A mimese I fundamenta-se sobre a compreensão prévia de mundo do qual o indivíduo faz parte, dada que a construção narrativa decorre da percepção do que é real, da ação humana e da pré-compreensão do mundo. A pré-compreensão do mundo, e especificamente da ação, apresenta três traços: i) as estruturas inteligíveis (*conceptual network*), isto é, a maneira como aquele grupo social narra e organiza a narrativa, ou uma tradição narrativa, ii) as formas simbólicas, caracterizadas pelas crenças, valores, questões éticas e morais, ou seja, as ideologias e utopias que fundamentam o imaginário social, e iii) o caráter temporal. No que tange a mimese I, esta engloba os dois primeiros: a compreensão das estruturas inteligíveis e das formas simbólicas, os quais são necessárias preliminarmente à construção narrativa (RICOEUR, 1994).

Se para Ricoeur a narrativa constitui uma imitação ou uma representação da ação, é, portanto, necessário antes de tudo que se consiga identificar a ação humana por seus traços estruturais e seu o significado. Quando a ação pode ser narrada, é porque a ação já estava antes de tudo articulada em signos, regras, normas, e, portanto, é desde sempre, simbolicamente mediatizada, isto é, a linguagem enquanto discurso da ação. Ademais, a mediação simbólica pode fundamentar uma ação a ponto de constituir sua significação principal, tal como os atos de fala, como por exemplo, o dizer "eu caso" em uma cerimônia, nesse caso dizer é agir. Subjacente a tal constatação, ao adentramos ao contexto organizacional, poderíamos salientar que as imagens de hierarquia presentes no dizer e as ferramentas organizacionais são um exemplo de simbolismos que são a significação principal de determinadas ações organizacionais.

A compreensão desse aspecto é fundamental para aprofundamento de discussão a respeito da performatividade narrativa. Além disso, a mediação simbólica, segundo Ricoeur, incorpora significação à ação e a torna compreensível ao olhar dos atores sociais. Em outras palavras, é a mediação simbólica que torna a ação legível. Ricoeur (1994) ao abordar na mimese I as configurações pré-narrativas da ação, estabelece que previamente à narrativa ser constituída, que já existe na linguagem uma teia conceitual que apresenta em si potenciais narrativos. Por exemplo, ao dizer que "a empresa Y explora sua mão de obra", o verbo "explorar" apresenta dentro de si, uma compreensão prévia, uma micronarrativa e, portanto, verbos como "explorar", "trabalhar", "planejar", "controlar" caracterizam previamente ações humanas potenciais e possíveis de se pensar em linguagem. Ricoeur (1994) enfatiza que a

possibilidade de exprimir as ações em linguagem é porque inicialmente estas já estavam incluídas na própria linguagem. Em vista disso, o que torna uma narrativa singular pauta-se nas especificidades discursivas que engendrarão sua composição. É por esse motivo que Ricoeur menciona que compreender uma estória é compreender ao mesmo tempo a linguagem do "fazer" e a tradição cultural da qual procedem as narrativas.

Em resumo, a mimese I pauta-se sobre significados, símbolos, histórias, fragmentos de histórias, ou seja, as experiências de maneira desordenada e a interpretação dessas experiências a partir da nossa visão de mundo. Poderíamos dizer que a mimese I é caracterizada pelas antenarrativas, isto é, pelas histórias ou pedaços de discursos fragmentados que poderão ou não ser incorporados nas narrativas construídas (em uma organização) (BOJE, 2001; BOJE, 2011).

O terceiro traço estrutural da pré-compreensão da ação que caracteriza **a Mimese II é a temporalidade.** Ricoeur (1994) argumenta a possibilidade da narrativa em inter-relacionar o tempo vivido - ou acronológico - e o tempo estrutural ou cronológico. Ao conceber o tempo vivido como intrínseco à narrativa, Ricoeur admite que a narrativa é capaz de trazer nela o passado, pela memória, o presente, pela visão e o futuro na medida que aponta expectativas ou uma espera. Como também, ao organizar o tempo em seu âmago, a narrativa torna-o humano. Em outras palavras, a temporalidade se faz presente na narrativa, quando esta extrai o seu sentindo ao passo que retrata os aspectos da experiência temporal (RICOEUR, 1994).

Ricoeur (1994) argumenta a respeito da função de mediação da narrativa, na mimese II, por meio de três motivos: i) pela narrativa realizar a mediação entre os acontecimentos e uma história considerada como uma "totalidade", ou seja, seu potencial de transformar acontecimentos e eventos vividos em uma história; ii) por compor simultaneamente fatores tão heterogêneos quanto fins, meios, agentes, interações, circunstâncias, resultados inesperados, etc; e iii) por apresentar caracteres temporais próprios, isto é, por combinar proporções variáveis das duas dimensões temporais.

A respeito do terceiro motivo, a narrativa ao abranger simultaneamente o tempo cronológico e não cronológico, ela se apresenta por um lado constituída por acontecimentos (dimensão cronológica) e por outro, apresenta um enredo construído que transforma os acontecimentos em história (dimensão acronológica), e, portanto, em algo significativo. **É na mimese II que o autor constrói e estabelece a narrativa fundamentado sobre a pré-compreensão do vivido**, ou seja, a mimese I. Em suma, conforme estabelecido, a mimese II apresenta como função essencial a mediação entre a compreensão do vivido e a composição da narrativa, enquanto representação da realidade (RICOEUR, 1994).

É na mimese II que existe o encadeamento do enredo no qual os significados, símbolos, eventos, são incorporados e sequenciados, propositalmente ou não, na construção de uma narrativa. É na mimese II que o reino da "ficção"[i] é aberto e, dessa maneira, a construção narrativa é estabelecida pelo imbricamento de aspectos reais e aspectos que não possuem referência na realidade concreta e que surgem do trabalho da imaginação, um trabalho da imaginação governado por regras e pautado sobre o imaginário social. Assim, é a imaginação sobreposta narrativamente que é responsável por criar uma imagem que represente, por exemplo, uma organização pela qual as pessoas agem. Um exemplo disso são as fachadas organizacionais, as quais nem sempre são correspondentes à realidade e, portanto, se apresentam [intencionalmente ou não] como uma construção ficcional do que aquela organização é ou faz, a qual por sua vez pode ser direcionada a atender uma demanda externa e assegurar legitimidade perante os interessados (ABRAHAMSON; BAUMARD, 2008; CHO; LAINE; ROBERTS; RODRIGUE, 2015).

No que diz respeito à mimese III, seu estabelecimento se dá tanto como ponto de partida quanto de chegada, sendo situada no leitor-consumidor da narrativa construída.

> "É finalmente o leitor que conclui a obra na medida em que, a obra [...] com efeito comporta buracos, lacunas, zonas de indeterminação e desafia a capacidade de o

> próprio leitor configurar por si mesmo a obra que o autor parece ter um prazer maligno de desfigurar" (RICOEUR, 1994, p. 118).

A Mimese III é pautada sobre a refiguração da narrativa pelo ouvinte-leitor que estabelece qual é o "fim narrativo". É sabido que as narrativas apresentam-se em sua estrutura início, meio e fim, sendo seu início correspondente ao ato inaugural, o meio é fundamentado pela ação enquanto experiência humana e seu fim pautado sobre o leitor, ou seja, por sua interpretação e recepção e por essa razão o fim da narrativa não é rígido, mas sim pautado no "limite" imposto por seu leitor e de que forma este toma para si. (RICOEUR, 1994).

Esse "limite" é pautado no que Ricoeur (1994) aborda como referência. O leitor-receptor irá receber a narrativa a partir de sua própria capacidade de acolhimento e, portanto, pautado sobre seu horizonte de mundo. Além disso, "o que um leitor recebe não é somente o sentindo da obra, mas, por meio de seu sentindo, sua referência, ou seja, a experiência que ela faz chegar à linguagem e em última análise o mundo e sua temporalidade, que ela exibe diante de si", ou seja, qual é o mundo que se abre. (RICOEUR, 1994, p. 120). Conforme pontua Savage (2019, p. 12) para Ricoeur "as narrativas não surgem apenas do sentindo das palavras que são reunidas e compartilhadas, mas sim de suas referências a uma verdade - a verdade sobre a realidade", que como vimos a partir do círculo mimético são pautadas sobre o imaginário social, abertas e possíveis de se contestar.

Em síntese, o ato de narrar explicita a experiência humana e, portanto, as narrativas são capazes de descrever ações humanas específicas e abrir mundos possíveis de ação e de concepção do real, como ainda podem mobilizá-lo, ou seja, performar (RICOEUR, 1994).

4. A organização como comunic(ação): o lugar da narratividade no fazer organizacional

Entendemos, nesse ensaio, a organização enquanto comunic(ação) (VÁSQUEZ; SCHOENEBORN, 2018; SCHOENEBORN; KUHN; KÄRREMAN, p. 476, 2019). É necessário, porém, pontuar que a comunicação aqui não é caracterizada como transmissão de mensagens, mas sim compreendida como um processo recursivo de produção e negociação de significados, os quais, por sua vez apresentarão consequências reais e que permearão as práticas e as ações organizacionais. Por isso, as organizações são resultado das produções e negociações de significado, e em outras palavras, *talked into being.* (SCHOENEBORN; KUHN; KÄRREMAN, 2019). Esse pressuposto nos faz defender que as narrativas têm lugar privilegiado no fazer organizacional. Defendemos ainda que, nesse contexto, há uma prática organizativa que precisa ser discutida, a qual denominaremos de *narratividade.* Para discutir essa prática, apresentaremos inicialmente algumas questões que nos movem.

As estórias[ii] têm sido protagonistas do fazer organizacional há tempos. No tentando, o olhar da razão instrumental sobre o ato de contar estórias, inerente à condição humana, transformou o *Storytelling* em uma ferramenta poderosa nas organizações, tão poderosa quanto controversa. Por que motivo empresas investiriam tempo e recursos para criar estórias pretensamente verdadeiras mesmo sabendo que a farsa descoberta traria prejuízos? Por que empresas se empenham em construir estórias capazes de gerar o tão famoso "engajamento" nas redes sociais, quando trazem elementos relacionados à inclusão em um clipe que emociona e arrepia qualquer um? Como podem empresas após serem consideradas responsáveis por crimes ou desastres corporativos transformarem ações irrisórias em atos de grande benevolência?

São perguntas como estas e outras tantas situações que direcionaram a compreensão de que os atos organizacionais, articulados em narrativas performativas e discursos de ação - empreendidas como uma prática, denominada aqui de *narratividade* - quando engajados em estórias teriam poder de transformar, mobilizar e performar sobre a realidade social. Isso significa, portanto, que aquilo pelo qual organizações (e pessoas) interpretam e referem-se para realidade pode direcionar cursos de ação e práticas aderentes à essa realidade construída discursivamente.

À vista disso, questiona-se: o que guia as maneiras pretensamente objetivas e práticas que sustentam plausivelmente os cursos de ações dos gestores? Se a organização como comunic(ação) pressupõe um processo contínuo de produção e negociação de significados, o que sustenta aquilo de "objetivo e prático" que guiará as ações e práticas organizacionais? O que faz, por exemplo, com que o número calculado e defendido como seguro no cotidiano de um pré-desastre corporativo, seja o mesmo compreendido como resultado de imprudência em momentos imediatamente posteriores a um desastre? São mesmo as organizações o lócus por excelência da racionalidade, imunes à imaginação?

O mundo é aberto às significações. São os sistemas simbólicos que fazem e refazem a realidade na qual agimos. Aquilo que gestores sustentam como "objetivo e prático" decorre, conforme visto na seção anterior, de um processo de negociação de significados pautado sobre o imaginário social, ou seja, pelos horizontes de mundo, que são baseados sobre as arenas de significados que constituem as normas, valores e conteúdos simbólicos do mundo. "Escrever um poema, contar uma história, construir uma hipótese, um plano ou uma estratégia: existem diversos contextos de trabalho que promovem uma perspectiva à imaginação, e que permitem-na ser produtiva." (RICOEUR, 1979, p. 128).

A prática organizativa chamada aqui de *narratividade* surge dos conceitos de narrativas-estórias e performatividade. Defendemos a *narratividade* como uma prática organizativa por considerá-la como central para promover a existência, o engajamento e o sentido de ação para todo o agir organizacional. Essa promoção se dá com base no imaginário social, o que garante a plausibilidade e a possibilidade de que se creia que o sentido trabalhado e direcionado na narrativa é *verdadeiro*, *racional*, *objetivo*. A narratividade pode ser explicada pelo Círculo Mimético de Ricouer: ao buscar os sentidos precários (Mimese I), engajá-los em um discurso temporalmente articulado e recheado de elementos plenos de significados e correspondências simbólicas (Mimese II) e, por fim, jogar no terreno fértil da "razão"-"emoção" do interlocutor (Mimese III), as organizações assumem um papel de protagonismo no processo de negociação de significados, *agindo performativamente de forma que a narratividade opera sobre uma realidade em negociação*. Ao transformar o *storytelling* em uma ferramenta do processo de organizar, operacionalizá-la, ensiná-la, procedimentá-la, as organizações passam inclusive a assumir o uso instrumental e calculado das estórias para o fazer organizacional. Ao trazer a ideia da narratividade como uma prática organizativa, também estamos propondo uma reflexão crítico-analítica desse fazer, buscando um caminho compreensivo dos mecanismos que operam esse processo. Propomos, portanto, que a discussão ricoeuriana é um caminho fértil para essa discussão. Ao lançar essa ideia de forma ensaística, compartilhamos reflexões e questões de forma a buscar abrir um caminho compreensivo que possa inspirar nossas pesquisas.

Com base nisso e atrelado ao conceito do imaginário social, Ricoeur (1994) enfatiza por meio do círculo mimético, especialmente no desenrolar e vai e volta da mimese I e mimese II, a abertura para o mundo da "ficção". O conceito de ficção, trabalhado pelo autor, não estabelece-se pela noção de fantasia, mas sim enquanto aquilo que não é congruente com a realidade, aquilo que não apresenta referência no mundo real. (FITZPATRICK, 2016). Nesse contexto, a narratividade se estabelece a partir dos horizontes de mundo e referências que são coalescentes com o que o imaginário social carrega e que é ficcional.

Assim, Ricoeur (1991) assinala o imaginário social enquanto um processo "de imaginação" que é governado por "regras" capazes de fundamentar a construção e recriação da realidade narrativamente, e que esse processo, longe de ser individual, carrega consigo as interpretações, normas, valores e conteúdos simbólicos do mundo, que ao serem estabelecidos no discurso podem operar tanto construtivamente quanto destrutivamente em relação a uma situação presente, e, portanto, performar. O potencial de uma narrativa em performar está diretamente relacionado ao sentido que se abre, ou seja, aos mundos que se abrem a partir da interpretação e recriação da realidade narrativa em relação à outra. Sobre isso, Ricoeur (1990,

p. 99) argumenta que "o sentido das [narrativas] não está por detrás delas, mas a sua frente. Não é algo de oculto, mas de algo de descoberto. O que importa compreender não é a situação inicial do discurso, mas o que ele aponta enquanto mundo possível."

O aprofundamento da relação do imaginário social e da ficção, a partir do trabalho de Ricoeur, para compreensão da narratividade no fazer organizacional é também um caminho frutífero, pois, o uso do conceito da ficção para compreensão organizacional ainda é uma abordagem incipiente, conforme argumentam Savage, Cornelissen e Franck (2018). Nesse sentindo, os autores mencionam que a ficção por muito tempo foi tratada de maneira periférica nos estudos organizacionais, então, com a publicação do artigo "Fiction and Organization Studies" em 2018, os autores salientam a ideia de considerarmos a ficção enquanto conceito mais central e até mesmo ontológico para compreender as organizações. (SAVAGE et al. 2018).

Assim é entendido que a ficção enquanto referência do discurso, faz parte da organização como comunic(ação) de duas formas, **a primeira enquanto elemento não racionalizado da comunicação,** em vista de que é parte do imaginário social e da forma como os indivíduos fazem sentindo sobre o real, **e a segunda forma é quando a ficção estabelece-se enquanto elemento racionalizado do comunicação** na medida que o locutor busca implicar ficcionalidade na narrativa construída e disseminada buscando um direcionamento específico e utilitário ao que é desejado transmitir enquanto real. (WALTON, 1990; CURRIE, 1990).

Enfim, a ficção se faz presente nessa narratividade do fazer organizacional, e para além disso, evidência também o protagonismo da organização nesse processo de construção e negociação dos sentidos, afinal, a narratividade – à vista do que foi discutido neste ensaio – atravessa versões criativas de interpretação da realidade, as quais podem redescrever o real e consequentemente impactar o fazer organizacional (RICOEUR, 1979). À vista disso, não se pode esquecer que essa narratividade do fazer organizacional não é apenas controlada por aqueles que detém o poder de as criar e disseminar, mas sua construção conta também com interlocutores reflexivos e capaz de co-construir essa narratividade do fazer organizacional, promovendo aí a resistência frente aos discursos monocromáticos e por vezes totalitários que vêm de algumas organizações.

REFERÊNCIAS

ABRAHAMSON, E.; BAUMARD, P. What lies behind organizational façades and how organizational façades lie: An untold story of organizational decision making. **The Oxford handbook of organizational decision making**, p. 437-452, 2008.

BERGER, P.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade: Tratado sobre a sociologia do conhecimento**, Petrópolis, Brasil, 2003.

BOJE, D. (Ed.). **Storytelling and the future of organizations: An antenarrative handbook**. Routledge, 2011.

BOJE, D. **Narrative methods for organizational & communication research**. Sage, 2001.

CHO, C.; LAINE, M.; ROBERTS, R.; RODRIGUE, M. Organized hypocrisy, organizational façades, and sustainability reporting. **Accounting, Organizations and Society**, v. 40, p. 78-94, 2015.

CURRIE, G.**The Nature of Fiction**. Cambridge: Cambridge UP, 1990.

FITZPATRICK, N. The question of Fiction–nonexistent objects, a possible world response from Paul Ricoeur. **Kairos. Journal of Philosophy & Science**, v. 17, n. 1, p. 137-153, 2016.

GOND, J. P., CABANTOUS, L., HARDING, N., & LEARMONTH, M. What do we mean by performativity in organizational and management theory? The uses and abuses of performativity. **International Journal of Management Reviews**, v. *18*, n. 4, p. 440-463, 2016.

GURWITSCH, A. The Common-Sense World as Social Reality: A Discourse on Alfred Schutz. **Social Research**, p. 50-72, 1962.

JAPIASSU, H. Paul Ricoeur: filósofo do sentido. EM: RICOEUR, P**. Interpretação e ideologias.** Francisco Alves, 4° Edicão, 1990.
RICOEUR, P. **Ideologia e utopia**. *Tras. Teresa Louro Perez*. Lisboa: 1991.
RICOEUR, P. **Interpretação e ideologias.** Francisco Alves, 4° Edicão, 1990.
RICOEUR, P. **O conflito das interpretações: ensaios de hermenêutica**. Trad. Hilton Japiassu. Rio de Janeiro: Imago, 1978.
RICOEUR, P. The function of fiction in shaping reality. **Man and World**, v. 12, n. 2, p. 123-141, 1979.
RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Campinas: Papirus, 1994.
ROCHA, D. Representar e intervir: linguagem, prática discursiva e performatividade. **Linguagem em (Dis) curso**, v. 14, n. 3, p. 619-632, 2014.
SAVAGE, P.; CORNELISSEN, J..; FRANCK, H. Fiction and organization studies. **Organization studies**, v. 39, n. 7, p. 975-994, 2018.
SCHMIDT, Lawrence K. **Hermenêutica**. Editora Vozes Limitada, 2012.
VÁSQUEZ, C.; SCHOENEBORN, D. Communication as Constitutive of Organization (CCO). **The international encyclopedia of strategic communication**, p. 1-12, 2018.
WALTON, K. L. **Mimesis as make-believe: On the foundations of the representational arts**. Harvard University Press, 1990.
WAGNER, H. R. et al. **Fenomenologia e relações sociais: textos escolhidos de Alfred Schutz**. 1979.

[i] A respeito do conceito de ficção, este se estabelece não pela noção de fantasia, mas sim enquanto aquilo que não é congruente com a realidade, aquilo que não apresenta referência no mundo real. (FITZPATRICK, 2016).
[ii] Existe o reconhecimento de que na língua portuguesa a palavra "estória" não está mais em uso. Estória aqui vem de story do inglês, e, portanto, esta palavra é utilizada aqui como recurso de pesquisa e que segundo o dicionário Cambridge significa "descrição, **tanto verdadeira como imaginária**, de uma série de eventos conectados".